

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
REDISTRIBUTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL EM PAÍSES LATINOAMERICANOS COM
ÊNFASE NO BRASIL E NO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA**

Vinícius dos Santos Torres

Brasília
2020

Vinícius dos Santos Torres

**A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
REDISTRIBUTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL EM PAÍSES LATINOAMERICANOS COM
ÊNFASE NO BRASIL E NO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto de
Ciência Política (IPOL) da UnB como requisito básico para a
conclusão do Curso de Ciência Política.

Orientador (a):
Graziela Dias Teixeira

Brasília
2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	
1.1 PROBLEMA.....	
1.2 OBJETIVOS.....	
1.2.1 Objetivo Geral.....	
1.2.2 Objetivos específicos.....	
1.3 JUSTIFICATIVA.....	
1.4 METODOLOGIA.....	
1.5 DESCRIÇÃO DAS SESSÕES.....	
2. A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS REDISTRIBUTIVAS	
2.1 O MODELO INCREMENTAL.....	
3. IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS REDISTRIBUTIVOS PÓS- REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	
3.1 O CASO BRASILEIRO.....	
3.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	
4. FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL	
4.1 REFLEXOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: DIMINUIÇÃO DA POBREZA E FOMENTO ECONÔMICO.....	
5. CONCLUSÕES	
6. REFERÊNCIAS	

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas visam trazer garantias já estabelecidas por leis e tratados que não conseguem ser cumpridos e disponibilizados aos estratos sociais menos favorecidos.

A importância das políticas públicas no desenvolvimento social de um país vai muito além de uma simples melhoria ou ação do Estado para melhorar alguma condição para população. A formulação, desenvolvimento e aplicação de políticas é o canal por onde mais se obtém resultados efetivos para que se consiga diminuir disparidades entre as camadas sociais, promovendo principalmente, a inclusão de parcelas mais desfavorecidas e garantindo direitos básicos.

Lowi (1972), ao explicar a importância do campo de públicas, aponta que a política pública é quem guia e faz a política acontecer, pois é ela quem naturalmente guia o processo político e por meio dela que os grupos políticos, partidos e associações definem seus interesses e entraves. Basicamente, a formulação de programas e políticas públicas diz respeito ao modo como os governos democráticos explanam e implementam seus pontos e propostas eleitorais em planos que trarão retornos e mudanças no mundo.

As políticas públicas redistributivas, de acordo com Kerstenetzky (2009), quando alinhadas com ações de viés desenvolvimentista, possui chances altíssimas de sucesso, além de ter um peso legítimo maior para a opinião pública. Lowi (1972), aponta que as políticas públicas são que fazem e guiam a política, logo, as políticas redistributivas que começaram a surgir na década de 1990 e aprimoradas na década seguinte guiaram fortemente o cenário político, principalmente no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, e seus resultados são facilmente visíveis quando analisados, porém também é facilmente visível que o nível de desigualdade na região supracitada ainda continua em níveis elevadíssimos.

De acordo com Silveira (1975), a redistribuição de renda, muito além de qualquer ideia de “caridade”, como pregada por muitos, pode ser justificada até em suas diversas externalidades, como dito pelo autor que o estado miserável de alguns afeta criando mal-estar em outros, ou a influência ativa na diminuição nos índices de crimes e violência, ou seja, combater a pobreza tendo como ferramenta

políticas públicas, ainda mais as de cunho de redistributivos que em muitos programas incentivam a participação na educação e saúde dos beneficiários é transformar a sociedade em um local melhor.

Contudo, principalmente nos últimos anos, é comum observar na imprensa notícias informando cortes e diminuições nos gastos e investimentos principalmente no que tange áreas sociais e programas de distribuição de renda. Diante disso, tendo as graves crises consecutivas, financeiras e governamentais em boa parte do planeta como plano de fundo, incluso Brasil, muito dos programas e investimentos sociais têm pouco a pouco sofrendo processos de sucateamento, impedindo assim, a ascensão de classes dadas como marginalizadas. Dada a falta de priorização por essas áreas nos governos atualmente, a cada dia que se passa tem se mostrado mais explícito o abismo entre classes aumentar e gerando influência direta em setores que poderiam alavancar a qualidade de vida comum como todo, além da própria economia.

Pode-se ter como exemplo o citado por Kowarick (1999 apud Silva 2010), que mostra no caso brasileiro, como a nossa sociedade, de forma constante, cria uma linha marginal que dá vazão para surgimento de massas assalariadas que não conseguem encontrar em seu trabalho, o suficiente para o sustento do seu núcleo familiar, isso, junto a grande concentração de renda na mão de poucos que sempre é crescente e teremos uma das principais, se não a principal causa da pobreza no país, e com isso vem acompanhado com índices altíssimos de violências, crimes, baixa adesão ao sistema educacional dentre outras diversas externalidades negativas.

1.1 Problema

Tendo isso em vista, esse trabalho buscar discutir a importância do investimento social e como a boa gestão e fortalecimento dos atuais programas podem trazer benesses para a sociedade como todo, com retornos sociais, com retornos econômicos e vários outros que possam ser focalizados, pois o combate à pobreza deve ser prioridade para qualquer governo e país que almeje ter para sua população um estado de bem-estar social.

Logo, objetivando explorar o tema, serão explorados autores como Costa

(2014), que apontam como os respectivos programas na região latina influenciaram sistematicamente na queda de índices como o de Gini, além de Pase e Melo (2017), que ajudam a compreender de forma mais abrangente sobre como foram implementados e como funcionam esses programas em alguns selecionados países na América Latina, trazendo também autores como Soares e Sátyro (2009) e Senna et al. (2007), que apontam de forma mais detalhada o caso brasileiro, principalmente com o Programa Bola Família, trazendo suas peculiaridades e como eles agem diretamente na redução imediata da pobreza e das desigualdades sociais.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Estudar a importância de políticas redistributivas no desenvolvimento social de países emergentes da América Latina, do Brasil, com o Programa Bolsa Família.

1.2.2 Objetivos Específicos

Visando atingir o objetivo principal, foram pensados alguns objetivos específicos expostos a seguir:

- Explorar a temática de políticas públicas entrando na ferramenta redistributiva.
- Expor o contexto socioeconômico da região latino-americana antes das políticas de bem-estar social advindas dos programas de distribuição de renda.
- Apontar dados, formulações e funcionalidades dessas políticas em alguns países da região dando ênfase maior ao Brasil.
- Explicar o Programa Bolsa Família em sua atuação e impacto.
- Demonstrar como as políticas públicas de caráter redistributivo

podem ser uma forte ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico.

1.3 JUSTIFICATIVA

No Brasil, segundo dados do Governo Federal em 2015, 36 milhões de pessoas saíram da linha de pobreza extrema graças a programas de transferência de renda, em especial, o Bolsa Família, que somente com 0,5% de investimento do PIB, auxilia 1 a cada 4 brasileiros em situação social vulnerável, gerando diversos indicadores positivos não só a população detentora do benefício, como para a economia como um todo, além de gerar grande influência em setores como o da saúde com a diminuição do índice de mortalidade infantil, dado que, para receber o benefício, as famílias se comprometem a realizar acompanhamento periódico de saúde das crianças.

Outro exemplo não muito distante é o Programa Panes, do Uruguai, onde teve forte influência na diminuição do trabalho infantil e no acesso à educação.

Contudo, mesmo tendo diversos exemplos de como a boa formulação e aplicação de programas e políticas públicas nesse sentido trazem benefícios a todo, em muitos países da região, inclusive no próprio Brasil, tem se esvaído os investimentos nas áreas citadas, acabando por gerar, ou ao menos aumentar, o grande abismo que existe entre as classes mais baixas e as mais altas.

Tendo em vista o cenário econômico e a grande parcela de desempregados, o investimento social tem decaído e sido cada vez mais negligenciado, assim, ganha cada vez mais importância discutir e expor sempre a importância e os resultados que políticas públicas, principalmente com foco em renda, podem promover na organização e desenvolvimento social do país.

1.4 METODOLOGIA

A pesquisa se iniciará com um arcabouço teórico sobre a função de políticas públicas voltadas para redistribuição de renda e quais possíveis resultados que as

mesmas são destinadas a gerarem.

Após isso, serão levantados e expostos dados sobre situações sociais e econômicas de países da América Latina ao fim do último século onde, todavia não eram aplicadas ou formuladas eficazmente programas de políticas públicas baseadas em distribuição de renda. Assim, serão introduzidos exemplos de programas que começaram a surgir para justamente diminuir a disparidade social nos países da região, principalmente no Brasil, demonstrando a evolução dos mesmos e os resultados eficazes quando bem aplicadas.

Serão descritos relatórios com logros sociais e econômicos pós e durante aplicação das políticas em questão e como isso se tornou bandeira de governos como arma de combate à pobreza nesses países, e claro, no Brasil.

Dado todos os pontos, será mostrado, puxando o que já fora exposto, a importância, tendo em conta o contexto atual de se manter e aprimorar políticas que promovam a redistribuição de renda e quão a mesma pode se mostrar benéfica a médio e longo prazo para a sociedade como um todo.

1.5 DESCRIÇÃO DAS SEÇÕES

O trabalho está dividido em 6 capítulos. No primeiro capítulo é apresentado o trabalho, apontando de maneira breve o contexto e ligando à problemática proposta, além de expor os objetivos gerais e específicos.

No segundo capítulo é introduzido a ideia de política pública dando enfoque ao viés redistributivo. Junto a isso, é feita a indução ao modelo incremental, que é o modelo do qual se trata o tipo de política analisada nos países citados.

O terceiro capítulo traz o panorama geral da América Latina e do Brasil no período na pré-implementação das políticas públicas de transferência de renda de modo efetivo, apontando dados sobre desigualdade social e econômica, e expõe como o período de redemocratização da região influenciou no surgimento e implementação de tais políticas, além de apontar os programas surgidos em tais países, dando ênfase ao contexto brasileiro e tendo foco final na explanação do Programa Bolsa Família.

Já o quarto capítulo tem o fito de apontar como as políticas públicas redistributivas, tendo como base o Programa Bolsa Família, são utilizadas como

fortes ferramentas de inclusão social e desenvolvimento econômico, expondo dados que comprovem a diminuição da pobreza, seus reflexos sociais e fomento de atividades econômicas.

O quinto e último capítulo, dispõe dos resultados e considerações finais.

2 A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS REDISTRIBUTIVAS

Antes de tudo, é importante trazer uma luz sobre o que são políticas públicas. Laswell (1958), mostra que as políticas públicas vêm para responder as seguintes questões: quem ganhará o quê, por quê e qual diferença faz.

O campo de políticas públicas pode ser tratado como a área que tem como fito pôr o governo em movimento e ação, além de ser capaz de analisar essa ação quando cabível e dispor alterações no seguimento dessas ações. A formulação de políticas públicas condiz ao estado em que os governo democráticos expõem suas propostas e bases eleitorais em planos e programas que gerarão resultados e mudanças no mundo.

Depois de formuladas, as políticas públicas se desenrolam em planos, projetos ou base de informações para pesquisas. Quando colocada em ação, são executadas submetendo-se a sistemas de avaliação e acompanhamento (SOUZA, 2006).

Lowi (1964; 1972) é categórico ao afirmar que “a política pública faz a política”. De acordo com ele, todo tipo de política pública terá diversas formas de rejeição e de apoio e que entraves por conta de suas decisões passarão por distintas arenas. Para o autor, a política pública pode avocar em quatro modelos: o primeiro modelo é o das políticas distributivas, que são tomadas de decisões pelo governo, onde desconsideram a prerrogativa da limitação de recurso, trazendo menos impactos universais e mais individuais, beneficiando algumas regiões e grupos sociais em prejuízo ao todo. O segundo modelo, políticas regulatórias, que são mais expostas ao público, envolvendo grupos de interesse, corpo político e burocracia. Já o terceiro modelo, das políticas redistributivas, são políticas mais de cunho universalistas pois abrange um número maior de pessoas, impondo perdas para grupos sociais específicos no curto prazo e proveitos futuros incertos para outros; são exemplos a previdência social e sistema tributário. E o quarto e último modelo é das políticas constitutivas, que tratam com os procedimentos administrativos. Lowi (1964), com suas tipologias de políticas, traz a ideia de que cada modelo de política implica em um distinto processo decisório.

Após introduzir conceitos acerca do campo de políticas públicas é possível entender a importância e a necessidade da área dentro dos governos democráticos.

E guinando um pouco a realidade latino-americana, nas últimas décadas com a busca de ferramentas e caminhos para combater a desigualdade e pobreza aliada ao desenvolvimento, surgiram diversas políticas públicas de cunho social que garantiam certa renda mínimas aos que necessitam, garantindo condições básicas de sobrevivência e auxiliando o desenvolvimento com ações que obrigam os beneficiários a terem seus filhos devidamente vacinados e matriculados em escolas, como ocorre no Bolsa Família, por exemplo (KERSTENETZKY, 2009).

Kerstenetzky (2009), afirma que políticas de cunho redistributivos alinhadas a objetivos de cunho desenvolvimentista tem altas chances de ter um bom nível de eficácia, além de se mostrar mais legítima a opinião pública.

No sistema capitalista, a distribuição e alocação de renda é dada de acordo com a contribuição dos indivíduos ao processo produtivo. Teoricamente, quanto mais se produz capital trabalhista, maior se dá a remuneração. Contudo, em muitos casos, a remuneração desses indivíduos se encontra abaixo de uma linha de subsistência, isso se dá muitas vezes por imperfeições de mercado, que acabam por alterar a distribuição de renda, gerando um desemprego involuntário deixando um bolsão com remunerações insuficientes ou em situações de não dispor de ocupação, e isso pode e ocorre até em economias consolidadas (DA SILVEIRA, 1975).

Da Silveira (1975), de modo muito perspicaz, afirma que a redistribuição de renda, além ou sem qualquer pressuposto altruísta, pode ser defendida até em termos de externalidades, como por exemplo a miséria de alguns gera mal-estar em outros, ou também na influência direta na queda e dados de violência e crimes entre outros. Combater a pobreza é dilacerar o mal pela raiz.

Combater a pobreza de uma sociedade deve ser algo prioritário em um governo, pois seus benefícios não são exclusivos somente daqueles que têm as condições de vida melhoradas, mas são expandidas para a sociedade como um todo. E as políticas públicas redistributivas, aliadas com propostas em desenvolvimento, conseguem de pouco em pouco diminuir a disparidade na concentração de renda e abaixar os níveis de desigualdade, promovendo condições básicas previstas em constituições como a brasileira e demais países.

2.1 O MODELO INCREMENTALISTA

A política pública analisada como um procedimento incremental remonta primeiramente a autores como Lindblom (1981), que afirma que os recursos estatais destinados a certa política ou programa, não surge do nada, mas sim de tomadas incrementais e marginais que não levam em consideração alterações nas políticas ou nos programas públicos. Logo, as tomadas do Estado seriam basicamente incrementais e pouco substanciais.

Rua (1997), aponta que o modelo incremental busca sanar questões de modo gradual, sem inferir mudanças drásticas nos meios já vigentes e sem gerar rupturas seja de que maneira for. A tomada de decisão no modelo incremental é feita por base na comparação de alternativas e na previsão de qual ou quais dessas alternativas podem retornar o melhor resultado, ou seja, nem sempre a melhor decisão será aquela maximadora de valores, mas a que melhor atender todos interesses envolvidos.

A alocação de recursos, por ser um processo contínuo, torna inviável a tomada e decisão fora de contextualizações históricas, logo, as decisões efetivadas no presente, são condicionadas e por muitas vezes até limitadas por uma alocação recursal ocorrida em algum momento no passado, tenha sido no governo atual ou em um governo passado. Sendo assim, mesmo que em uma perspectiva de longo prazo as pequenas decisões e mudanças introduzidas e acumulem e gerem gigantes transformações, o processo das tomadas de decisões em si próprio é de limitado ao que se pode ser alocado no momento preciso da decisão. (RUA, 1997)

Desta mesma forma, podemos ver que os programas a serem tratados a seguir, principalmente o Bolsa Família segue essa mesma linha incremental, pois já não era tão novidade assim programas de transferência de renda, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, contudo não tinha tanta efetividade e precisava ser aprimorado. Esse aprimoramento é visível com a entrada do governo Lula e a junção e federalização de vários dos programas em um só, de roupagem e ferramentas novas, o programa conseguiu alcançar um maior número de pessoas e trazer mais resultados para a sociedade. Pode-se observar que o molde incremental ocorre em praticamente todos os programas descritos nos demais países, como por exemplo México e Uruguai.

Rua (1997), ainda afirma que o modelo incremental pode ser considerado um grande trunfo na estratégia de adoção de programas potencialmente conflituosos, ou até de programas que necessitem a limitação e regulação mais rígida para liberação de recursos, a fim de garantir condições saudáveis para sua implantação. Contudo,

ressalva que sua implementação pode vir a ser lesada por esse gradualismo, logo, é sempre uma questão de estratégia, a adoção ou não do modelo.

3 IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS REDISTRIBUTIVOS PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

É tendência em governos autoritários e ditatoriais de aspecto de direita, a diminuição no repasse para políticas sociais, principalmente em crises fiscais, enquanto que Sant'Anna e Silva (2008), afirmam que os governos de viés voltados mais à esquerda costumam, na mesma ocasião, elevar os repasses às áreas sociais. Santos (2006), corrobora que os governos de ideário da esquerda investem mais nas áreas sociais que os de direita.

Nas primeiras décadas do século passado, a participação do Estado no desenvolvimento do produto econômico era intensa, e esse tipo de ação se denominava Welfare State (Esping-Andersen, 1991), que se contraria ao atual neoliberalismo. Esse modelo desenvolvimentista girava através de um fundo que fomentava tanto o capital privado, como as áreas públicas e educação, saúde etc. (BENKO, 1995 apud COSTA, 2014)

Contudo, ao final do século XX, surge um novo modelo desenvolvimentista, que por sua vez girava em torno do Estado mínimo que atingia diretamente as áreas sociais dadas como guarnição pública por conta de cortes fiscais. (BENKO,1995 e CHAUI,1999 apud COSTA, 2014).

Com o florescer da redemocratização na América Latina sob a luz da globalização, emanam e ascendem governos reformistas, em sua maioria de viés centro-esquerda, que acabam por alterar a visão neoliberal se voltando mais ao Estado de bem-estar social, alavancando ações e fomentando programas de cunho assistencialista (SANTOS, C. B., 2006).

Costa (2014), afirma ao expor dados do Índice de Gini, que os números da desigualdade na maioria dos países da região, com governos reformistas pós-redemocratização, diminuíram sistematicamente, claro que acompanhado do próprio crescimento econômico, mas também com ações diretas do Estado por meio dos programas sociais.

De acordo com dados do banco alemão Credit Suisse, acerca a riqueza mundial em 2015, apenas 1% da população do planeta concentra nada mais que metade de toda riqueza mundial, deixando claro que a pobreza hoje não é um problema

produtivo, sim um problema político.

Mesmo, todavia, não existindo soluções definitivas para os impasses das concentrações de recursos e desigualdade, os países geridos pelo sistema capitalista no último século buscaram desenvolver e fomentar ações de cunho social das mais diversas formas e focos com o fito de minimizar o quanto possível as externalidades negativas causadas pela pobreza extrema, embasadas no conceito de Welfare State (ESPING-ANDERSEN, 1991), como já dito anteriormente. Contudo, os países menos desenvolvidos trombam com mais obstáculos na aplicação de tais políticas, muitas vezes atuando apenas no aspecto de alívio ou controle à pobreza, mal garantido os direitos básicos de sobrevivência (PASE; MELO, 2017).

Atualmente, de acordo com Pase e Melo (2017), pelo menos 18 países na região do Caribe e América Latina, possuem em execução programas voltados para combate à pobreza via transferência de renda, e que essas políticas públicas, são consequências diretas da redemocratização e da ascensão de grupos reformistas na política com ideais guiados pelo Welfare State.

De acordo com dados do Banco Mundial (2015), somente três países até 1997 dispunham de programas sociais de transferência de renda com objetivo de combate à fome e pobreza: Bangladesh, Brasil e México. Em 2008 esse número já chegava a 28 países (apud PASE; MELO, 2017).

Abaixo, seguindo o artigo publicado por Pase e Melo (2017), serão expostos alguns programas de transferência de renda em diversos países latino-americanos com suas características.

Começando pela Argentina, em 2009, a então presidente Cristina Kirchner, fundou o programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social, que propunha alavancar um grupo de indicadores de bem-estar social, sendo eles: a escassez de moradia, pobreza, vulnerabilidade relativa e desigualdade (Cepal, 2015 apud PASE; MELO, 2017). O programa dispõe de um pagamento mensal para cada indivíduo com menos de 18 anos, que corresponde a 80% do benefício, enquanto os outros 20% são cedidos a família num agregado anual.

Na Bolívia, Evo Morales, então presidente no ano de 2006, estabeleceu o Bono Juancito Pinto, ligado ao Ministério da Educação, que possui como fito principal, aprimorar o acesso educacional promovendo a mobilidade social e assim reduzindo a pobreza no futuro (YAÑEZ, ROJAS E SILVA, 2011 apud PASE; MELO, 2017). A princípio o programa atendia apenas crianças do ensino fundamental, contudo, em

2012, o programa foi expandido para o ensino médio.

Já o México, foi pioneiro na região a aplicar ações de combate à extrema pobreza. Foi criado em 1997 o programa Progresa, pelo então presidente Ernesto Zedillo, que tinha como objetivo dar suporte às famílias de áreas rurais que se encontravam em pobreza extrema. Em 2014, o programa foi rebatizado pelo presidente Henrique Peña Nieto para o nome de Prospera, que, segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESOL, 2015 apud PASE; MELO, 2017), oferta benefícios nas áreas de saúde, educação e inclusão no mercado trabalhista.

No Paraguai, em 2005, é criado pelo presidente Nicanor Frutos, o programa Tekoporã, que tem como objetivo romper os ciclos de pobreza do país, por meio da transferência de renda com condições que auxiliam as famílias beneficiárias outros direitos sociais. O programa foi baseado no Bolsa Família e no Programa Oportunidades do México (PASE; MELO, 2017).

E por fim, o caso uruguaio. Criado em 2005, pelo então presidente Tabaré Vázquez, o Plano de Atenção a Emergência Social (Panes). De acordo com Baráibar (2012 apud PASE; MELO, 2017), as famílias receberiam um auxílio de 54 dólares por mês, não importando o número de pessoas no núcleo familiar, por até 33 meses. José Mujica, presidente no ano de 2012, cria o programa Cercanias, onde o principal fito seria promover acesso real a benefícios e direitos sociais que os indivíduos têm direito, isso se daria por meio da socialização dos agregados familiares via educação e desenvolvimento.

Pase e Melo (2017), todavia deixam claro que cada programa possui suas particularidades e diferenças, pois foram formulados em diferentes países e em diferentes contextos, contudo há semelhanças presentes em todas elas, como a pobreza do país, a redemocratização e ascensão de uma elite política reformista ao poder.

Pode-se afirmar, que, pós período de redemocratização, os Estados da América Latina, trilharam seus caminhos e atuações via políticas públicas. E os programas expostos acima entram, de acordo com Lowi (1972), na tipologia redistributiva, já que realocam recursos sociais para um grupo específico.

3.1 O CASO BRASILEIRO

O Brasil tem em sua herança um histórico de desigualdades que refletem até os dias atuais, num sistema que suprime grande parte de sua população ao acesso para condições básicas e mínima de cidadania e dignidade. O Brasil não é de forma alguma um país pobre, mas sim um país com número elevado de pobres, e isso tem como centro e base na estrutura desigual na distribuição de renda e nas oportunidades de inclusão das áreas sociais às econômicas (BARROS, HENRIQUE E MENDONÇA, 2000).

De acordo com Kowarick (1999 apud SILVA 2010), no caso brasileiro, existe uma sociedade constantemente marginalizadora que cria massas e massas de assalariados e autônomos que arrecadam baixíssima renda para suas necessidades sem nenhum tipo de proteção social. Associa-se isso ao crescimento no acúmulo de renda, que não é algo recente, mas vêm desde o começo dos latifúndios no país e teremos uma das principais causas da pobreza no país, enfatizando mais uma vez que isso se inicia na origem e estruturação econômica e histórica do Brasil.

Silva (2010), todavia, afirma que os programas e políticas sociais no Brasil assumiram posicionamentos de cunho assistivo e marginal, totalmente a parte das políticas econômicas tendo como uso mais para uma gerência e administração de um patamar de pobreza do que para outro fim. Até os anos 80, neste país o cidadão só era de fato cidadão, se inserido num meio formal de emprego. Com a constituição de 1988, isso tende a ser revertido um pouco principalmente com a formalização da Seguridade Social.

Com a expansão do benefício da Previdência social urbana e rural para um salário mínimo, junto a ampliação da aposentadoria para os labutadores rurais sem a necessidade de comprovação e contribuição passada, foram ações que tiveram expressivo impacto nas condições das massas brasileiras. Tanto qual, a aposentadoria rural é uma das principais políticas contra pobreza, com uma abrangência de cerca de 7,8 milhões de trabalhadores da zona rural em 2008. É digno de nota o próprio seguro desemprego com amplitude de 6,9 milhões de brasileiros atendidos em 2008 e o Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM) dos anos 90, programa direcionado à 32 milhões de pessoas identificadas pelo mapa da fome estruturado pelo IPEA (2010 apud SILVA, 2010), esse plano foi interrompido no governo FHC para dar lugar ao Programa Comunidade Solidária.

Em 2001 foi criado o Fundo de Combate à Pobreza, fundo destinado ao repasse e financiamento de programas relacionados ao saneamento básico e educação. Programas de transferência de renda passaram a ser um dos maiores alicerces no que se trata segurança social, e isso foi aumentando com políticas como Bolsa Alimentação e Bolsa Escola. Ainda no mesmo ano foi criado outro programa com foco nos bolsões de pobreza extrema no Norte e Nordeste, chamado Programa de Combate à Miséria, mais tarde Projeto Alvorada, chegou também a ser estendido para outras regiões nos municípios com IDH abaixo de 0,500 (SILVA, 2010).

Ainda em 2001, o governo FHC, outrora focado em ajustar as contas públicas, passou a dar mais atenção à seguridade social e formou uma rede como 12 programas, todos na vertente redistributiva. Em 2003 com Lula, surge o Fome Zero e no mesmo ano o aclamado Bolsa Família, sendo esse o maior programa redistributivo da história do país com execução descentralizada nos municípios. O índice de Gini apresentou queda considerável entre 2001 e 2005 de 4,6%, isso se deve principalmente aos programas que atuaram e atuam na extinção da disparidade de renda (SILVA, YAZBEK; GIOVANNI, 2008 apud SILVA, 2010).

3.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Mesmo com avanços gerados na década de 90 com as políticas de transferência de renda como ferramenta para aplacação da pobreza e da fome, os planos governamentais nesse copo, todavia, foram caracterizados como paralelos e fragmentados. Isso reforçou ainda mais sobrefocalização dos dependentes dos programas, enquanto que alguns indivíduos e família recebiam os benefícios, muitas outras, em condições similares ou piores, nada recebiam, dando uma baixa amplitude e eficácia social (SENNA et al, 2007).

Soares e Sátyro (2009), apontam que ao fim de 2003, é instaurado o Programa Bolsa Família, que veio a unificar os programas federais existentes, corrigindo grande parte das ineficácias dos seus antecessores e ainda se beneficiando do Cadastro Único, que permitia a identificação dos que necessitavam da assistência.

De acordo com Pase e Melo (2007), o PBF tem como maior fito a redução imediata da situação de pobreza via transferência direta de renda, isso associado com outros programas e com as condicionalidades, conseguem promover e auxiliar as

qualificações familiares que ajudam a puxar os beneficiários das situações de pobreza e insegurança social.

Ao contrário de ações como a do seguro-desemprego e aposentadoria, o Bolsa Família é uma política que dispõe de orçamento definido por regulação, expressa no sexto artigo da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que diz que “O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes”.

Senna et al. (2007), afirma que o Bolsa Família, dá prioridade ao núcleo familiar como medida de intervenção, com seu foco em direção ao bolsão que se encontra entre a pobreza e pobreza extrema. Soares e Sátyro (2009), complementam ainda que o programa veio para ser um fomento ao capital humano dos agregados familiares mais pobres, pois acompanhado das condicionalidades, como a frequência escolar dos filhos, o acompanhamento médico com foco em gestantes e crianças, a política aumentaria de certa a qualidade de vida dessas populações pouco a pouco. Segundo Senna et al. (2007) para os formuladores do programa, as condições atreladas ao benefício do programa, atuam como uma ferramenta que amplia alguns direitos básicos garantidos via constituição como educação e saúde, todavia ainda inacessíveis entre muitos.

O monitoramento dessas condições, é um esforço conjunto entre o Ministério da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Onde cada um tem seu papel e se comunicam entre si. Além disso é repassada atribuições desses mesmos ministérios às secretarias municipais, o que facilita a integração e eficácia na aplicação e fiscalização do programa (SOARES E SÁTYRO, 2009). Mas, mesmo havendo a divisão e atribuições entre as três esferas federais, são os municípios quem assumem a maior parte das responsabilidades de monitoramento e provento dos serviços de saúde, por exemplo (SENNA ET AL, 2007).

Soares e Sátyro (2009), concluem além de tudo, que o Bolsa Família, impactou muito positivamente no espaço de cidadania das femininas que são beneficiárias da política, em relações de gênero, já que com o empoderamento causado pelo benefício, o poder de negociação com seus companheiros no âmbito familiar aumenta e influencia diretamente na diminuição do isolamento social das mesmas.

O Bolsa Família, tem cumprido bem seu papel como política social, sendo de conhecimento resultados como redução da pobreza, inserção escolar, queda na desigualdade de renda além de diminuição do trabalho infantil. É uma política que não

atua somente na mera transferência de renda aos seus beneficiários, como também alavanca, como dito anteriormente, o capital humano daqueles núcleos que recebem esse suporte.

4 FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL

Tendo como base o Programa Bolsa Família, que, muito além de ser um simples programa de transferência de renda é hoje uma ferramenta fortíssima para inclusão social dos núcleos que se encontram marginalizados por falta de acesso a recursos. O programa conta com uma série de condicionalidades que tem como fito promover uma melhor condição de vida em todos os termos, dando importância à saúde e a educação.

Começando pela condicionalidade da educação, o programa exige matrícula e presença de no mínimo 85% para crianças até 15 anos, e 75% para as que se encontram entre 16 e 17 anos de idade. Segundo Bourguignon et al. (2002) e Cardoso e Souza (2004), o Programa Bolsa Família é de fato efetivo em subir o índice de frequência nas escolas das crianças de famílias beneficiadas. Pedrozo (2007) apud Tavares (2010), aponta que 91,2% das crianças que não frequentavam escolas, passaram a frequentar, e disso, 64% escolheram não exercer atividades de trabalho, dando dedicação exclusiva à educação. Ferro e Kassouf (2005) apud Tavares (2010) ainda apontam que as jornadas de trabalho das crianças de famílias beneficiárias, que já exerciam atividades trabalhistas, diminuem em cerca de 3 horas por semana, dando maior espaço para dedicação aos estudos.

A obrigatoriedade condicionada à frequência escolar das crianças tem um efeito direto também na inserção das mães beneficiárias no mercado de trabalho, pois a elevação das atividades nessas áreas estão ligadas ao recebimento do benefício, e isso se deve ao fato de que seus filhos, uma vez tendo a obrigatoriedade de frequência escolar, naturalmente deixam de trabalhar e a mãe necessitaria cobrir esse rombo deixado, e além disso, associa-se também o fato de que as crianças ao estarem na escola, o tempo antes despendido pelas mães para cuidar de atividades domésticas e familiares é reduzido, portanto, inevitavelmente, os filhos dependeriam menos dos cuidados das mães, dando às mães, maior tempo e espaço para trabalhar (TAVARAES, 2010).

Um ponto interessante a destacar, é que, segundo dados obtidos pela autora, o nível de escolaridade atrelado a condições da mãe ser chefe de família ou branca, elevam a atividade mercado trabalhista e sua jornada. Contudo, em outra mão, a

quantidade de filhos de até 10 anos infere de forma negativa a atividade da mãe no mercado em todos escopos (TAVARAES, 2010).

Tavares (2010), também aponta uma outra explicação às externalidades positivas no que tange o efeito sobre a atividade de trabalho das mães, é o chamado 'efeito estigma', que nada mais é que uma discriminação de certa forma auto impositiva pelo indivíduo em questão beneficiário do programa, somente pelo fato de ser beneficiário. Ou seja, o indivíduo com esse estigma, adota um comportamento visando minimizar sua dependência em relação ao benefício, seja em busca de algum emprego ou aumentando sua jornada de trabalho.

Mattos e Ponczek (2007) apud Tavares (2010), embasam o argumento do estigma, dando o caráter positivo desse efeito em direção a busca por trabalho e a redução do nível de desemprego nos núcleos familiares receptoras do programa.

No que diz respeito à saúde, é exigida que se realize todo o acompanhamento pré-natal para gestantes, além do acompanhamento médico periódico para nutrizes de 14 a 44 anos. É exigida também a obrigatoriedade de exames pediátricos periódicos para crianças até 6 anos, possibilitando o acompanhamento do desenvolvimento e crescimento, principalmente em altura e peso, além de manter em dia as vacinas (DE SOUSA CAMELO et al. 2009).

Como efeito, já é possível observar os avanços nas áreas supracitadas na sociedade brasileira, como por exemplo a queda da mortalidade infantil, passando de 4,8% no ano de 1990, para 2,7% no ano de 2007. No mesmo período de tempo, os números de frequência escolar de crianças entre 7 e 14 anos subiu de 84% para 97% (DE SOUSA CAMELO et al. 2009)

No que tange segurança alimentar, De Sousa Camelo et al. (2009), aponta que a maior parte da renda recebida é investida e usada no consumo de alimentos, principalmente entre os mais pobres. Ainda assim, grande maioria das famílias beneficiárias do programa se encontram em condição de insegurança alimentar, contudo, a participação como beneficiário da política aumenta em 7,4% a probabilidade de uma família estar em situação de segurança alimentícia, além disso, eleva também em 11% a probabilidade de uma família sair de uma situação de insegura alimentar leve para condição de segurança alimentar.

No caso infantil, foi estimado que ser beneficiário do programa, aumenta em 7% as chances de uma criança sair de uma condição de sobrepeso para um estado de peso adequado de acordo com sua idade. Os resultados guiam a efeitos do

programa em crianças que se encontram em situação de sobrepeso, não importando a medida utilizada, levando-as a índices mais adequadas de peso por altura e idade. O PBF promove avanços a curto prazo no estado de nutrição das crianças beneficiárias, já que medidas de peso refletem mais precisamente um estágio de desnutrição que são causadas por má ingestão de calorias atreladas com problemas de saúde (DE SOUSA CAMELO et al. 2009).

De Sousa Camelo et al. (2009), levanta duas linhas de motivos sobre como são dados esses impactos. A primeira é relacionada diretamente ao efeito-renda do benefício, que possibilita que a família inclua mais variedades na sua cesta alimentícia, logo, passam a consumir mais frutas, vegetais e carnes que são grandes fontes de vitaminas e minerais. Já a segunda linha se relaciona com a condicionalidade do acompanhamento de saúde, dado que os beneficiários recebem a assistência médica dos agentes nas comunidades, sendo possível a identificação dos problemas relacionados à nutrição oferecendo suporte com medicamentos e suplementos como vitaminas e ferro, caso necessário. Junto a isso, também há a obrigatoriedade do comparecimento periódico dos beneficiários aos postos de saúde, onde é possível o acompanhamento do desenvolvimento e crescimentos das crianças, além atualização da caderneta de vacinas e demais instruções de saúde, como a relevância do aleitamento materno, instruções para uma alimentação saudável, prevenção contra doenças e higiene.

4.1 REFLEXOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: DIMINUIÇÃO DA POBREZA E FOMENTO ECONÔMICO

Os programas redistributivos atrelados a condicionalidades, são aplicados por vários países que se encontram em desenvolvimento, como ferramenta contra a desigualdade e pobreza (TAVARES, 2010). Mesmo o enfrentamento contra à desigualdade ser dependente de outras ferramentas mais abrangentes no que diz distribuição de ativos e regulação de mercados, quanto da redistribuição de recursos, não é possível se discutir pobreza no cenário brasileiro sem ter o tema desigualdade atrelado (SOARES et al. 2010).

O PBF surgiu no fim de 2003, por meio da Medida Provisória 132,

posteriormente Lei nº 10.836 de 2004. O benefício é dividido em duas modalidades, a primeira trata do beneficiário básico, tendo foco nos conglomerados familiares em situação de pobreza extrema, já o segundo são os benefícios variáveis, que por sua vez tem enfoque às famílias em situação de pobreza, e que possuam gestante e crianças e adolescentes até 17 anos (SOARES et al. 2010).

Ao se analisar o impacto de um programa ou uma política pública, é necessário indagar qual o tamanho dessa política. Se utilizarmos como critério a abrangência de pessoas cobertas pelo Bolsa Família, o programa é dado como grande, de acordo com dados do Governo do Brasil, com informações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do IBGE (2018), o programa atinge cerca de 46,6 milhões de brasileiros, isso é quase um quarto da população do Brasil, as únicas políticas públicas de cunho social com cobertura mais abrangente são a educação pública e o Sistema Único de Saúde (SUS), que abrange toda população brasileira (SOARES et al. 2010).

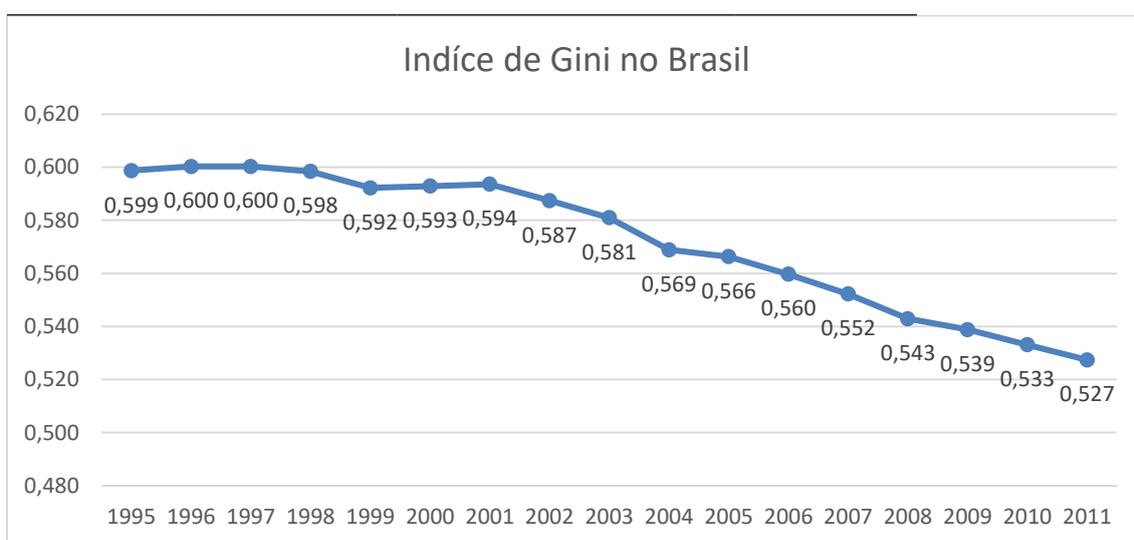
Contudo, se o PBF for julgado segundo o montante de recursos destinados, ele é considerado um programa relativamente pequeno. Em 2009 por exemplo, as remessas do programa eram como 0,7% da renda familiar total, segundo a PNAD, e apenas 0,4 do PIB. E ainda assim, mesmo modesto em termos de recursos, o programa pode ser considerado como responsável por parte significativa da queda de distribuição de renda e desigualdade no Brasil (SOARES et al. 2010).

De acordo com Soares et al (2010), entre 1999 e 2009 a pobreza decaiu no Brasil, contudo pode-se perceber que ela se encontra estagnada entre 1999 e 2003, com seu decréscimo real sendo visível a partir de 2003, coincidindo com a unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família com a expansão de sua abrangência, aliado ao programa, outras políticas também tem sua importância nessa queda da desigualdade, como cobertura da previdência, o salário mínimo e a elevação no número de empregos.

Os programas antecessores do Bolsa Família, no ano de 2001 já mostravam um ligeiro decréscimo na situação de pessoa que se encontravam em situações de pobreza e pobreza extrema, em 0,3% e 0,1% respectivamente caso não existissem esses programas. Contudo, a partir de 2005, onde já é possível melhor observar os resultados do programa, é possível ver que esse número quase dobra e em 2009, os números da pobreza e pobreza extrema decaem em 1,6% e 1,9% respectivamente se comparados a qual seria a situação do país sem esse programa (SOARES et al. 2010).

O gráfico do Índice de Gini, mostra aumento das taxas de pobreza e desigualdade entre 1999 e 2001, contudo, os programas antecessores do Bolsa Família ajudaram a segurar esse aumento. Entre 2001 e 2003, houve uma redução irrisória da pobreza, mas caso não existissem os programas de transferência, a pobreza certamente teria aumentado. Logo, não apenas a redução da pobreza vem como consequência dos programas redistributivos, mas a prevenção do aumento dela também (SOARES et al. 2010).

GRÁFICO 1
Índice de Gini No Brasil – Série Histórica



Fonte: IPEA a partir dos microdados da PNAD 1995-2011

A próxima tabela aponta que entre 2003 e 2005, a pobreza decaiu 4,2% e a pobreza extrema 2,7%. O Programa Bolsa Família, nesse período, de acordo com Soares et al. (2010), foi responsável por cerca de 17% do decréscimo da pobreza e de 40% para pobreza extrema. Enquanto que entre 2007 e 2009 o Bolsa Família teve participação direta por quase 60% na queda dos níveis de pobreza e ainda mais relevante ainda, foi o responsável por conter e manter os níveis de pobreza extrema em decréscimo quando a renda via trabalho do mais pobres caiu (SOARES et al. 2010).

TABELA 1
Redução na pobreza e parcela atribuível ao PBF

Período	Redução na pobreza		Parcela da redução atribuível ao PBF	
	Pobreza	Pobreza extrema	Pobreza (%)	Pobreza extrema (%)
1999-2001	-0,4	-0,5	-37	-60
2001-2003	0,1	0,4	269	140
2003-2005	4,2	2,7	17	40
2005-2007	5,0	1,4	23	92
2007-2009	2,8	1,0	59	140

Fonte: Microdados PNAD 1999, 2001, 2003, 2005, 2007 e 2009 apud Soares et al (2010)

Soares et al. (2010), aponta que, além da importante contribuição do Programa Bolsa Família para redução da pobreza e desigualdades a longo prazo, pode-se dar importante relevância também na sua atividade em períodos de crise. Se não existissem os programas de distribuição de renda entre 1999 e 2003, muito possivelmente a pobreza teria aumentado como em 40%. Com a crescente onda de desemprego entre 2001 e 2003, os programas redistributivos inverteram o rumo social que estava a ser trilhado e conseguiram trazer como resultado uma pequena, mas importante redução da pobreza.

De toda forma, o Programa Bolsa Família, é imprescindível para manutenção dos objetivos já logrados em contribuições já realizadas, caso o programa fosse encerrado ou fragmentado em outras fontes, é certo afirma que haveria um crescimento na desigualdade, dado que o programa é o auxílio de renda mais progressivo existente (SOARES et al. 2010).

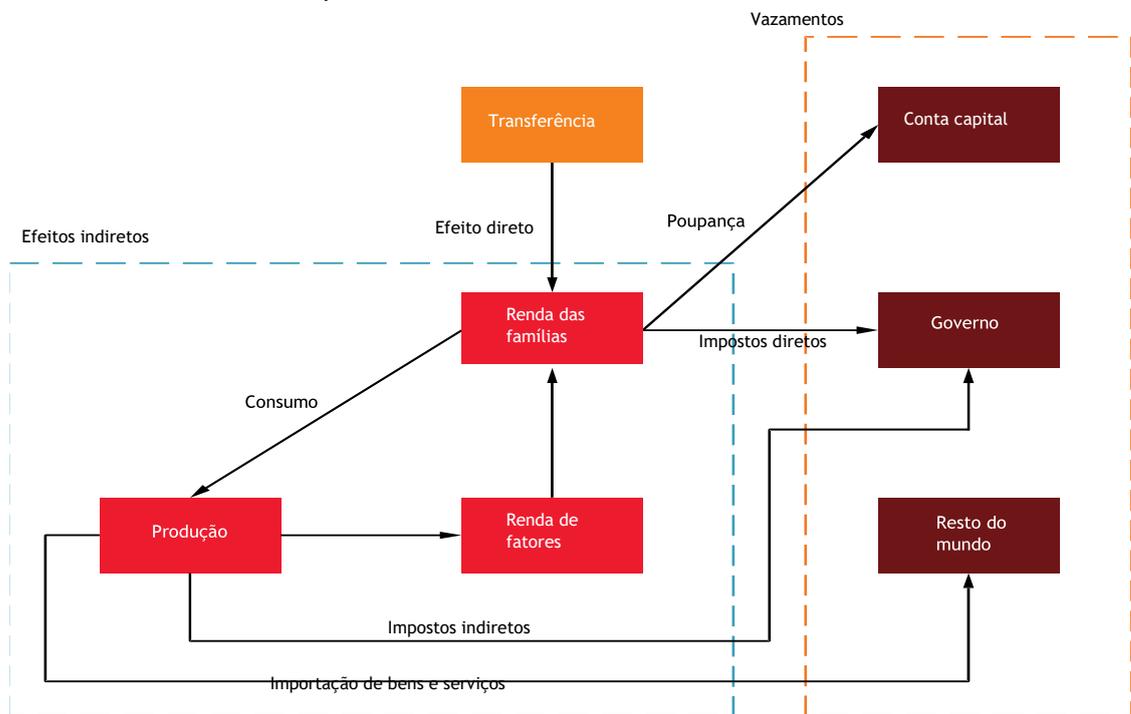
No que tange ao fomento econômico, Neri et al. (2013), apontam que as transferências sociais constituem relevante fontes de renda para famílias em situações de risco social, que são utilizadas a fito de obtenção de serviços e bens, no débito de contribuições e impostos, além de serem também, retidas via poupança. Todas essas transferências entram no chamado fluxo circular de renda, onde o fomento provido às despesas no consumo das famílias estimula a produção, gerando lucro para empresas que podem remunerar por trabalho, que acabam por retornar às famílias gerando todo um ciclo econômico.

Nesse ciclo, o processo de transferência de recursos, pode acabar por trazer benesses a outras famílias, em especial as que disponham de empregados dos setores que tenham um peso maior na estrutura de consumação dos aglomerados

familiares que receberam a transferência em início (NERI et al. 2010).

A próxima figura expõe de forma simplificada o fluxo circular, que resulta de uma expansiva distribuição via governo. Sua consequência direta é alavancar a renda familiar dos beneficiários. A fatia destinada ao consumo inicia, como em uma queda de peças de dominó, vários outros efeitos, estimulando a produção, a renda e fomentando o rendimento familiar (NERI et al. 2010).

FIGURA 1
Fluxo circular da renda obtido com a expansão de uma transferência monetária



Fonte: Neri et al. (2010).

De acordo com Zylberberg, (2008); Azzoni et al., (2007); Grijó, (2006); Mostafa, Souza e Vaz, (2010) apud Neri et al. (2010), pesquisas e análises realizadas sobre os efeitos multiplicadores do PBF, apontam que uma pura expansão do benefício gera efeitos positivos sobre a renda e a produção familiar, além de influenciar diretamente na desigualdade de renda. Entretanto, dado ao molde da estrutura produtiva da economia do Brasil, o efeito indireto do benefício transferido em cima da desigualdade é dado como concentrador, logo, a movimentação de recursos via economia ajuda a atenuação da queda dos índices de desigualdade.

O Programa Bolsa Família, é de longe, quando comparada a outras transferências sociais, o programa com maiores efeitos diretos, numa simulação com dados de 2009, o PIB brasileiro aumentaria R\$ 1,78 a cada R\$ 1,00 investido, logo, se a oferta for de fato elástica e outros pressupostos não forem alterados, um gasto de cerca de 1% do PIB no Programa Bolsa Família, se traduz em uma elevação de 1,78% na atividade da economia (NERI et al. 2010).

Outros autores como Mostafa, Souza e Vaz (2010) apud Neri et al. (2010) apontam para o mesmo resultado de ganho maior do que um, para cada um investido. Os efeitos multiplicadores crescem de acordo com o tamanho das focalizações das transferências aos mais pobres, isso ocorre, pois, essas famílias dispõem de maior propensão marginal ao consumo, ainda que seja considerada uma fatia relevante de seu consumo independente da renda (NERI et al. 2010).

Neri et al. (2010), reafirma que quanto maior o apontamento da política aos pobres, maior será seu efeito no consumo. Os efeitos do PBF são maiores do que qualquer outra modalidade de transferência, pois tem como alvo o benefício a famílias pobres com alta tendência a consumo, portanto, alcançando um efeito multiplicador bem maior. Pode-se explicar por exemplo o baixo retorno de transferências sociais como as de previdências, pois sua transferência é comumente destinada às parcelas mais ricas que não usam o benefício para consumo, mas sim poupança e demais vazamentos.

Toda essa análise sustenta que a transferência direta, quando direcionada aos mais pobres, como no caso do Programa Bolsa Família, possui papel extremamente positivo no que tange a dinâmica macroeconômica do Brasil, além de atuar diretamente na atenuação da desigualdade e pobreza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi demonstrar e trazer uma melhor compreensão da importância de políticas públicas de cunho redistributivos, tendo como exemplo principal o caso brasileiro e o Programa Bolsa Família. O ponto de partida foi trazer um embasamento teórico acerca do que consiste, o que é e qual a importância das políticas públicas partindo daí, para o viés incrementalista.

A análise inicia-se expondo as implementações de políticas de cunho redistributivo em alguns países latino-americanos no período pós-redemocratização, todas elas sendo políticas similares ao Programa Bolsa Família que trouxeram consideráveis avanços no campo social dos países em questão.

Entrando no contexto brasileiro e aprofundando nas suas particularidades, dados mostram o nível da desigualdade no país na década de 90 e o florescer dos primeiros programas assistivos-sociais de cunho redistributivos com o governo Fernando Henrique Cardoso. Em seguida, explorando a década posterior e a ascensão do governo de Lula, temos a unificação dos programas nascidos no governo anterior gerando o Programa Bolsa Família.

Os resultados apontam que além de uma ferramenta de transferência de renda direta, o Programa Bolsa Família é uma forte e importantíssima ferramenta para a inclusão social de famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade, pois além do próprio benefício concedido, a política pública vem atrelada à diversas condicionalidades, como a obrigatoriedade da frequência escolar das crianças e adolescentes do núcleo beneficiário e acompanhamento médicos de gestantes e crianças de forma também obrigatória.

É de suma relevância apontar também a importância do programa na diminuição direta dos índices de pobreza e desigualdade. A política atua diretamente na atenuação imediata de famílias em situação de pobreza e pobreza extrema. Com a consolidação do programa a partir do ano de 2003, é possível ver pelo índice de Gini uma queda considerável nos níveis de desigualdade e pobreza na sociedade brasileira, além de dados que demonstram também expressiva queda nos níveis de pobreza extrema.

Não há dúvida do impacto do programa nas áreas supracitadas, contudo, a

importância do programa também é percebida no que se trata de fomento econômico, pois de modo focalizado a transferência direta de renda às famílias mais pobres geram retornos ao PIB maiores do que a quantidade investida na política, pois esses núcleos familiares, dado sua situação vulnerável, são extremamente propensos a consumo, e isso faz movimentar as atividades econômicas por via um fluxo circular, que, como uma peça de dominó, vai gerando efeitos consequentes que estimulam a produção, renda e o desenvolvimento do rendimento familiar.

Alguns dados apontam que, para cada R\$ 1,00 investido no Programa Bolsa Família, por exemplo, existe o retorno de R\$ 1,78 para o PIB, dado isso, é certo afirmar que o investimento, aplicação e manutenção do programa Bolsa Família, com seus pares similares em outros países vizinhos, é de extrema importância para um desenvolvimento e inclusão social, diminuição direta da pobreza e desigualdade e desenvolvimento econômico.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONCA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, Feb. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102690920000001000009&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>.

CAMPELLO, Tereza et al. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Ipea, 2013.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza; RODRIGUES, Monica. Política Social Para o Desenvolvimento: Superar a pobreza e promover a inclusão. UNESCO, 2010.

COSTA, Inês Lyra. Gastos Sociais e Distribuição de Renda em Alguns Governos de Esquerda da América Latina. NAU Social, v. 5, n. 9, 2014.

DA SILVEIRA, Antônio Maria. Redistribuição de renda. Revista Brasileira de Economia, v. 29, n. 2, p. 3-15, 1975.

DAS GRAÇAS RUA, Maria. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

DE SOUSA CAMELO, Rafael; TAVARES, Priscilla Albuquerque; SAIANI, Carlos César Santejo. Alimentação, nutrição e saúde em programas de transferência de renda: evidências para o Programa Bolsa Família. Revista Economia, 2009.

DEDECCA, Claudio Salvadori; TROVAO, Cassiano José Bezerra Marques;

SOUZA, Leonardo Flauzino de. Desenvolvimento e equidade: Desafios do crescimento brasileiro. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 98, p. 23-41, Mar. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000100003>.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, Apr. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000100007>.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 52, n. 1, 2009.

LASSWELL, Harold. *Politics: who gets what, when, how*. Chicago: University of Chicago, 1936.

LINDBLOM, C.E., *O Processo de Decisão Política*, Brasília: UnB, 1981.

LOWI, Theodore. American business, public policy, case studies and political theory. *World Politics*, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.

LOWI, Theodore. Four systems of policy, politics, and choice. *Public Administration Review*, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPELO, Guaracyane. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 267-288, Sept. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-

71402011000300003&lng=en&nrm=iso>. access
on 17 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402011000300003>.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010.

MOREIRA, Renata Couto et al . Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 47, n. 4, p. 919-944, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000400006&lng=en&nrm=iso>. access
on 17 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032009000400006>.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, v. 1, p. 193-206, 2013.

PASE, Hemerson Luiz; MELO, Claudio Corbo. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 312-329, Mar. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000200312&lng=en&nrm=iso>. access
on 17 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150770>.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira. Revista Katálysis, v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200002&lng=en&nrm=iso>. access

on 17 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802010000200002>.

SOARES, Sergei et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. *Bolsa família*, v. 2010, p. 27-52, 2003.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre , n. 16, p. 20-45, Dec. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. *Economia e sociedade*, v. 19, n. 3, p. 613-635, 2010.